

PERSPECTIVAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ÉTICA E RELIGIÃO

Fabício Veliq¹

RESUMO: Este artigo visa apresentar algumas relações pertinentes entre as temáticas de ética e religião a partir dos pensamentos de James Rachels, Paulo César Nordari e Everaldo Cescom. Mostramos que algumas das críticas apresentadas pelos autores, ainda que relevantes, pecam por uma abordagem superficial do que vem a ser a fé no pensamento religioso, o que, por sua vez, contribui para a manutenção dos estereótipos brasileiros de que estudos sobre teologias e religiões sejam somente de âmbito espiritual.

Palavras-chave: ética; religião; James Rachels; Paulo Cesar Nordari; Everaldo Cescom

ABSTRACT: The aim of this article is to show some pertinent relationship between ethics and religion on James Rachels, Paulo César Nordari and Everaldo Cescom thoughts. We have shown that some of their criticism, although relevant, lacks in superficial approaches about what is faith in religious thoughts, which contributes to maintain the Brazilian stereotypes that theologies and religious studies only make reference to spiritual concerns.

Keywords: ethics; religion; James Rachels; Paulo Cesar Nordari; Everaldo Cescom

1 Introdução

A relação estabelecida entre a religião e a moralidade é bem antiga. Ao observarmos as histórias das religiões, principalmente daquelas que deixaram textos escritos, é possível perceber a íntima conexão que há entre o agir correto e o fazer religioso. De alguma forma, a própria moralidade poderia ser dita como uma régua que mediria o quão religioso tal pessoa seria dentro de certo contexto social e cultural.

Dentro desse famoso embate entre religião e moralidade, diversas são as posições de estudiosos/as, filósofos/as e teólogos/as a respeito dessa questão, havendo desde aqueles que pretendem fazer uma separação total entre moralidade e religião, como daqueles que desejam colocar uma como dependente da outra, até aqueles que, numa visão um pouco mais intermediária, falam de certa interdependência entre essas

¹ Doutor em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte; Doctor in Theology pela Katholieke Universiteit Leuven. E-mail: fveliq@gmail.com

temáticas que, mesmo agindo de maneiras separadas, exercem influências mútuas entre si.

O intuito desse artigo é fazer a contraposição entre os argumentos desenvolvidos por Nordari e Cescon e aqueles apresentados por James Rachels no que tange à relação entre moralidade e religião, visando com isso, mostrar que esse debate, ainda que tenha avançado ao longo do tempo, permanece ainda gerando grandes discussões e posições diferentes, o que mostra sua relevância para o debate filosófico atual.

2 Ética e Religião em Nordari e Cescon

As ideias a respeito da relação entre moralidade e religião por parte desses teóricos se dão a partir das conhecidas constatações de Taylor, desenvolvidas em seu livro *Uma era secular*. Taylor afirma que a secularização é marcada por três pontos principais que podem ser listados como sendo: a) há uma separação, na modernidade entre Igreja e Estado, o que torna a religião, em grande medida, privada; b) há certo abandono das convicções e práticas religiosas, não se preocupando com a frequência à igreja; c) a fé é entendida como uma opção entre outras, e não a mais fácil de ser abraçada, em que mostra a sociedade passa de uma situação em que era impossível não acreditar em Deus para uma em que a fé é uma possibilidade entre outras tantas, deixando assim, de ser algo axiomático. Assim, os crentes têm, segundo Taylor, uma referência a Deus enquanto os não crentes não a tem.

Nesse sentido, a nosso ver, acontece na história ocidental aquilo que o teólogo Jürgen Moltmann afirma, a saber, que a partir da Idade Moderna, houve um deslocamento para uma crença subjetiva e, como consequência, a liberdade religiosa passou a significar a liberdade de adorar na igreja que você escolher, ou até mesmo não adorar (cf. MOLTMANN, 1990, p. 152; MOLTMANN, 1992, p. 1990; MOLTMANN, 2011, p. 16-24). A religião, assim, perde seu caráter social e vai para o âmbito privado.

Diferentes tradições religiosas perdem suas capacidades de ser o elemento de vínculo das sociedades e se tomam, ao invés disso, meras opções para consumidores religiosos a selecionar, para suas próprias razões privadas, razões não são para serem discutidas. Assim “democratizadas” religiões entram no mercado como objetos de escolhas subjetivas do mesmo modo que marcas de pasta de dente e sabão em pó: “Religião é agora um item de consumo para uma nação de ‘estou dando uma olhadinha” (Window shoppers)”, diz Martin

Marty².

Moltmann, ao mesmo tempo, chama a atenção para o fato de que, em nosso mundo ocidental atual, a ideia de uma religião de consumo se coloca como aquilo que Herbert Marcuse definiu como uma “tolerância repressiva”³, uma vez que, segundo Moltmann, se é tolerante ao se permitir tudo numa perspectiva subjetivista e repressiva no sentido do ceticismo sobre qualquer realidade objetiva, sendo mediada pelos símbolos religiosos, e que deve ser aceito por todos da mesma forma que se exigia da fé cristã na época do Império de Constantino (cf. MOLTSMANN, 1990, p.152).

Com as propostas de Taylor em mente, Nordari e Cescon definem aquilo que chamam de ética. Esta “trata de estabelecer o fenômeno moral, fundamentá-lo, dar razões de por que preferimos uns valores a outros ou umas normas a outras, ou simplesmente responder à questão de por que temos de ser morais”⁴, sendo também um conhecimento racional.

Da mesma forma, tratam de definir aquilo que entendem por religião. Esta é “a relação com o sagrado (divino) que o crente vive como presença real e que confere à sua vida um sentido último frente a contingências, ambiguidades e contradições da experiência da vida humana”⁵.

Essa religião, segundo o pensamento dos autores é um fato universal e específico, e a atitude religiosa é também um modo específico de se estar no mundo, atitude essa que se expressa em todos os níveis da pessoa humana, sendo fundamentalmente uma atitude de resposta, reconhecimento e consentimento que tem como ápice a entrega de si mesmo (cf. NORDARI; CESCO, 2014, p. 493).

Diante disso, os autores admitem a possibilidade de uma ética não religiosa, mesmo se questionando se seria possível a uma moral não religiosa encontrar seu fundamento último em si mesma (cf. NORDARI; CESCO, 2014, p.495). Esse impasse, por sua vez, traz à tona as chamadas éticas dialógicas na tentativa de encontrar algum acordo a respeito do fim último da existência humana, e propondo normas morais

² MOLTSMANN, *Is 'Pluralistic Theology' Useful for the Dialogue of World Religions?*, p. 152.

³ Essa tema foi desenvolvido por Hebert Marcuse em WOLFF; MOORE JR; MARCUSE, *A Critique of Pure Tolerance*, p. 95-137. Para a tradução para o português, recorreremos à tradução de OLIVEIRA, *Tolerância repressiva*, p. 28-58. Nesse texto, o autor desenvolve a ideia de que “a tolerância apresenta-se novamente como o que era em suas origens, no começo do período moderno -uma meta partidária, uma prática e uma noção libertária subversiva. Contrariamente, o que hoje é proclamado e praticado como tolerância está, em muitas de suas manifestações mais efetivas, servindo a causa da opressão”, (p.1-2)

⁴ NORDARI; CESCO, *Ética e Religião* p. 490.

⁵ *Ibidem*, p. 492.

válidas a todos e todas. Como consequência, pensar a exclusão, seja da religião, seja da ética, é algo que não faz sentido para o pensamento dos autores.

A partir disso, Nordari e Cescon propõem dois modos de ver a relação entre ética e religião: o da ética subordinada à religião, quando o conteúdo da moral é determinado por Deus, o que pode cair em certo fundamentalismo religioso, e o da religião submetida à ética, baseada na crítica de Kant que coloca Deus, não como fundamento da moralidade, mas postulado da razão prática. Assim, a ética não precisa da religião para nada, mas ao mesmo tempo, a religião seria, segundo Kant, “o conhecimento de todos os nossos deveres como fundamento divino”⁶.

Nordari e Cescon acreditam que ética e religião são duas realidades distintas e, talvez, até mesmo autônomas. Nesse sentido, aceitam a distinção que Cenci estabelece entre normas morais e normas religiosas: enquanto a primeira se originam de fontes diversas, a segunda se originam da fé dos indivíduos de que determinados ensinamentos vêm da parte de Deus. Assim, para Nordari e Cescon, a atitude religiosa destaca a consciência da gratuidade, enquanto a atitude ética destaca o esforço humano para ser justo (cf. NORDARI; CESCÓN, 2014, p. 498).

Para os autores, toda ética busca autossuficiência e defende sua autonomia, excluindo a religião, e ao mesmo tempo, a religião busca se absolutizar sem o respaldo da ética. Diante dessa afirmativa, consideram importante precisarem melhor o que significa a autonomia da ética e da religião.

Em suas visões, enquanto a ética tem seus próprios princípios e sua razão de ser, não necessitando da religião, a religião, por sua vez, por abarcar todas as dimensões da vida humana, deve ter uma dimensão moral, de maneira que a religião necessita da ética, não podendo ser reduzida a ela.

A autonomia da religião, para os autores, está em que esta se interesse pela justiça e por novas propostas de fundamentação que falem da dignidade humana, mas ela deve ser pensada em sua relação com o mistério e com o sagrado.

Os autores se baseiam em Mardones e Habermas, que dizem que a religião tem duas funções em relação à ética. A primeira, expressivo-simbólica, própria da religião, que consiste em “ter a capacidade de expressar o que não pode ser expresso de

⁶ Ibidem, p. 497.

outra maneira”⁷. Em outras palavras, ela “transmite algo que a argumentação racional não é capaz de fazer: manusear o extraordinário, o extranormal na vida humana”⁸.

A segunda seria a capacidade de integração social, o que quer dizer que a religião pode, assim, trazer um *plus* de sentido à pessoa humana, que seria a oferta de esperança e fundamento à ética.

Por fim, os autores acreditam que tendo a revelação como ponto de partida, isso poderia impossibilitar o diálogo, propondo para isso que o diálogo entre religião e ética seja feito com base na razão e não na fé.

3. Ética e Religião em James Rachels

James Rachels é amplamente conhecido ao se tratar de questões de ética. Seu livro sobre essa temática é cheio de casos para tentar aproximar o leitor de uma ética que seja feita de maneira mais concreta e menos abstrata. Assim, ao tentar estabelecer a relação entre a religião e a moralidade, começa expondo um caso ocorrido no Alabama de um juiz que foi processado por exibir os dez mandamentos em sua sala de audiência e, por causa disso, foi exonerado do seu cargo pelo tribunal de justiça do Estado.

Faz isso para pontuar que a relação entre moralidade e religião existente nos Estados Unidos, onde padres e clérigos são considerados bons conselheiros morais, o que se daria pelo fato de que para a maioria das pessoas a moralidade e a religião são duas coisas inseparáveis e a primeira só pode ser entendida no contexto da segunda.

3.1 A Teoria do Mandamento Divino

A partir do contraponto de uma perspectiva não religiosa, de um mundo frio e sem sentido para a humanidade, com a perspectiva religiosa, de matriz judaico-cristã, de que o mundo foi criado por um Deus amoroso e, por esse motivo, tem em si mesmo um significado e objetivo intrínseco, Rachels começa sua explanação daquilo que nomeia como Teoria do Mandamento Divino.

Esta teoria, contendo a moralidade como parte da religião, diz que:

⁷ Ibidem, p. 501.

⁸ Ibidem, p. 501.

Deus decide o que é certo e o que é errado. As ações que Deus comanda são moralmente requeridas; as ações que Deus proíbe são moralmente erradas; todas as outras ações são permissíveis ou meramente neutras moralmente ⁹.

Essa teoria, por sua vez, traz uma grande objetividade no pensamento ético, uma vez que se torna bem claro o que deve e o que não deve ser feito por qualquer pessoa que queira agir segundo uma vontade divina.

Contudo, segundo Rachels, ancorado na velha questão platônica abordada no *Eutífon*, o maior problema para esta teoria consiste em saber onde está o fundamento da conduta correta. Em outras palavras, esse problema pode ser formulado da seguinte forma: “a conduta é correta porque os deuses ordenaram ou os deuses a comandaram porque é correta?”¹⁰.

Ao mesmo tempo, para Rachels, essa pergunta levanta três dificuldades para a teoria do mandamento divino: a primeira delas consiste em dizer que essa “concepção de moralidade é misteriosa”¹¹, uma vez que, se dizemos que é Deus quem faz algo ser ou não correto, como saber como isso é feito, se não temos acesso ao que Deus pode ou não considerar correto, sendo totalmente arbitrário em relação a isso?

A segunda dificuldade dessa teoria, conforme apontada por Rachels é quase um corolário da primeira, uma vez que diz que os mandamentos de Deus tornam-se arbitrários por ser ele mesmo quem cria as razões para o estabelecimento desses mandamentos, o que nada mais é do que recuperar a antiga concepção paulina e luterana da inescrutabilidade dos desígnios divinos (cf. Rm 11, 33-36).

A terceira dificuldade levantada por Rachels consiste no fato de que essa concepção traz razões erradas para os princípios morais, uma vez que sua única base são os mandamentos de Deus. Ao mesmo tempo, como bem aponta Rachels, o que é errado pode ser confirmado de modos diferentes por esta mesma teoria, seja porque tudo depende da existência de um Deus que normatiza o certo e errado, seja devido à discordância que ocorre entre os próprios textos religiosos, o que pode colocar em dúvida a respeito de qual é a vontade real de Deus.

Diante disso, Rachels propõe que se tome a resposta de Sócrates para resolvermos esses dilemas, ou seja, “devemos fazer as coisas corretas porque elas são corretas”¹² e, assim, os mandamentos de Deus não seriam arbitrários, mas resultado de

⁹ RACHELS, *A moralidade depende da religião?*, p. 57-58.

¹⁰ *Ibidem*, p. 58.

¹¹ *Ibidem*, p. 59.

¹² *Ibidem*, p. 60.

sua sabedoria e do seu conhecimento a respeito do que é o melhor para nós, o que também traz um problema por pressupor um “correto” que existe antes dos mandamentos de Deus. Por causa de todo esse embrolho, Rachels considera que a teoria do mandamento divino é insustentável, podendo até ser considerada como uma teoria ímpia.

3.2. Teoria da Lei Natural

Como segunda abordagem para tentar estabelecer a relação entre religião e moralidade, Rachels traz à tona a famosa teoria, dominante no pensamento cristão, que é a da Teoria da Lei Natural, que segundo ele, possui três partes que merecem maiores atenções.

A primeira parte dessa teoria é a que tem como princípio que “o mundo tem uma ordem racional, com valores e fins alicerçados na sua natureza mesma”¹³. Isso, por sua vez, é feito por um Deus que tem um plano divino para esse mundo e tem o controle de tudo o que aconteceu, acontece e acontecerá nele, estando já determinado desde a fundação do mundo.

A segunda parte é um corolário da primeira. Uma vez que se vê o mundo dessa forma, surge o modo de pensar de que as leis da natureza não somente mostram como as coisas são, mas também como essas deveriam ser, o que é o mesmo que dizer que “o mundo está em harmonia quando as coisas servem à sua finalidade natural”¹⁴, o que implica derivar as leis morais das leis da natureza e assim, afirmar categoricamente que os atos contrários à natureza não podem ser considerados como atos morais.

Obviamente, há grandes problemas com essas duas partes da teoria. Rachels, em sua análise, lista três razões pelo qual essa teoria da lei natural, com esses dois pontos, deve ser rejeitada hoje. A primeira é por dizer que aquilo que é natural é bom, o que não concorda com a realidade em muitas questões, como por exemplo, o fato de que os humanos se importam mais consigo mesmos do que com os outros, ou ainda com o fato de que existam doenças que ocorrem naturalmente; fatos que são por si só coisas más.

¹³ Ibidem, p. 61.

¹⁴ Ibidem, p. 62.

A segunda é que “a teoria da lei natural parece confundir ‘ser’ e ‘dever ser’”¹⁵, não fazendo a distinção entre os fatos e os valores que deveriam reger esses fatos. Nesse sentido, podemos dizer que a Teoria da Lei Natural tenderia a um pragmatismo ético sem tamanho.

A terceira objeção feita por Rachels a essa teoria é que ela entra em choque com toda visão de mundo obtida a partir da ciência moderna, que cada vez mais tem percebido que o universo em que habitamos é composto pelo caos, bastando para isso observar a física quântica com sua instabilidade estarrecedora e que coloca em xeque diversos paradigmas acreditados durante séculos.

Após essas objeções às duas primeiras partes da Teoria da Lei Natural, Rachels expõe a terceira parte dessa teoria, que consiste em enfrentar a questão do conhecimento moral. Uma vez que esta parte do princípio de que “os juízos morais são ‘ditames da razão’”¹⁶, visto que o próprio Deus nos deu o poder para entendê-las, isso torna a moralidade independente da própria religião e, assim, a crença religiosa não afetaria esse cálculo a respeito do que é o melhor a ser feito. Levando isso às últimas consequências, é possível perceber o grande risco de uma religião que se preocupa somente com questões “espirituais” sem tocar a realidade do mundo.

No que tange à relação entre a religião e as questões particulares, Rachels considera que muitas pessoas pensam que é o ensinamento moral da própria religião que conta para as questões morais, o que o leva a levantar algumas questões que batem de frente a certa visão meramente religiosa.

A primeira é ausência de encontrar, nas escrituras religiosas, alguma orientação moral específica, uma vez que estas são escritas em contextos culturais e sociais bastante diferentes dos nossos. Como segundo ponto, afirma que as escrituras e a tradição da Igreja se diferem em muitos pontos, o que gera o dilema da escolha sobre quais tradições seguir e quais não.

Diante dessas considerações, aparentemente, Rachels se mostra bastante cético com relação à possibilidade de uma formação de ideias morais de maneira autônoma em alguns religiosos, chegando a defender que a formação das ideias morais de algumas pessoas religiosas, que se dá por meio de seus líderes, é incutida por esses mesmos líderes para corroborar um pensamento que estes já têm a respeito das escrituras ou da tradição.

¹⁵ Ibidem, p. 63.

¹⁶ Ibidem, p. 63.

Dessa forma, para ele “cada geração interpreta as suas tradições para apoiar os seus pontos de vista morais”¹⁷ e, assim, “certo e errado não devem ser entendidos em termos da vontade de Deus; a moralidade é uma questão da razão e consciência, não da fé religiosa”¹⁸, o que diferencia, segundo ele, moralidade da religião, ainda que a relação entre essas duas questões exista e seja complicada.

4. Conclusão

O percurso desenvolvido ressalta, ainda que brevemente, a grande dificuldade e o caminho pedregoso que é o de estabelecer a relação entre moralidade e religião. Nos teóricos apresentados percebemos certa semelhança. Tanto Nordari e Cescon quanto Rachels partem do princípio de que o diálogo entre as duas partes deva se pautar pelo uso da razão e não da fé religiosa, devendo esta se manter no âmbito do sagrado. Os autores não são contrários a uma fé religiosa, reconhecendo nela um fator importante para se pensar questões éticas, uma vez que essa fé traz consigo elementos morais em seu escopo.

No entanto, é perceptível em todos eles uma abordagem superficial a respeito de temas centrais da fé cristã, como por exemplo, o tema da Revelação apontado por Nordari e Cescon, ou ainda o tema da Tradição e Escrituras apontado por Rachels.

Ainda que o foco desses autores não tenha sido estabelecer um estudo aprofundado a respeito de como a fé religiosa pode impactar as questões éticas, e vice-versa, um cuidado maior ao abordar as temáticas da fé cristã poderia contribuir para desmitificar a ideia tão comum, principalmente no Brasil, de que as questões teológicas sejam somente questões ligadas a um ambiente eclesial e relativo à vida “espiritual” do ser humano, não tocando assim o mundo concreto em que vivemos, o que pode ser percebido nos diversos discursos atuais que desassocia a relação de fé com a relação na sociedade. Nesse sentido, a crítica de Rachels a respeito das leis morais construídas sob a orientação de certa liderança para corroborar seus intentos se mostra verdadeira e importante.

Estudar a relação entre moralidade e religião é uma tarefa filosófica e teológica importante, principalmente no momento atual, em que cresce ao redor do

¹⁷ Ibidem, p. 68.

¹⁸ Ibidem, p. 69.

mundo uma onda fundamentalista, para a qual há uma regra moral divina e absoluta que todos e todas devem se enquadrar, o que tem causado muito mal à sociedade e às minorias.

5. Referências

MOLTMANN, Jürgen. “Is ‘Pluralistic Theology’ Useful for the Dialogue of World Religions?” In: D’COSTA, Gavin (Ed). *Christian Uniqueness Reconsidered: the Myth of a Pluralistic Theology of Religions*. New York: Orbis Books, 1990. p. 149-156.

MOLTMANN, Jürgen. “Fundamentalismo e modernidade”. *Concilium Brasil*, Petrópolis, n. 241, p. 141-148, mai.1992.

MOLTMANN, Jürgen. “A Common Earth Religions: World Religions from an Ecological Perspective”. *Ecumenical Review*, Geneva, v. 63, n. 1, p. 16-24, mar. 2011.

NODARI, Paulo César; CESCÓN, Everaldo. Ética e religião. In: TORRES, João Carlos Brum. *Manual de Ética: questões de ética teórica e aplicada*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 489-509.

OLIVEIRA, Kathlen Luana. “Tolerância repressiva”. *Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia, São Leopoldo*, v. 12, p. 1-31, jan./abr. 2007.

RACHELS, James. A moralidade depende da religião? In: RACHELS, James; RACHELS, Stuart. *Os elementos da filosofia moral*. 7 ed. New York. McGraw Hill: 2013, p. 56-70

WOLFF, Robert Paul; MOORE JR, Barrington; MARCUSE, Herbert. *A Critique of Pure Tolerance*. Boston: Beacon Press, 1969. 123 p.